



## **Trabalho de Conclusão de Curso**

### **Curso de Relações Internacionais**

#### **TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC**

#### **Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

**Título do Trabalho: A DUALIDADE ENTRE MOEDA ÚNICA SEM UMA UNIDADE POLÍTICA: OS DESAFIOS DA UNIÃO EUROPEIA.**

Nome do(a) Estudante: Luiz Felipe Souza Axelson

Nome do(a) Orientador(a): Daniel Campos de Carvalho

Ano de Depósito: 2021

## **RESUMO**

O principal objetivo desta pesquisa é criar visibilidade sobre um debate teórico a respeito da viabilidade do modelo de integração europeu, no qual há uma moeda única para um grupo de países que compartilham diferentes leis, governos e políticas públicas. Para isto, será revista a literatura especializada em integração regional, economia política e relações internacionais dentro da União Europeia. Além da crise de 2008, posteriormente, conhecida como a crise dos “PIIGS” que abalou a confiança de diversos países no Euro e geraram dúvidas dentro do bloco regional sobre sua expansão e continuidade. Os principais pontos do trabalho são discutir as opiniões dos autores especializados no tema Euro, com foco na discussão de se a moeda única seria um dos propulsores para as crises vividas pela União Europeia nos últimos anos. Outro ponto a ser abordado diz respeito da dificuldade em se ter uma moeda única em um meio sem unidade política. A metodologia que será utilizada neste trabalho compreende dados qualitativos além de quantitativos, a partir da análise dedutiva.

## **ABSTRACT**

The main objective of this research project is to rekindle a debate around the theories around the European system of integration, where exists a single currency for a large number of countries that don't share the same administration, for this purpose it will be used a number of authors specialized in the political, economic and international relations aspects of the European Union. Another point that will get its share of attention is the European crisis of 2008 that later came to known as the "piigs" crisis, that shook the confidence of the European countries about the Euro, putting in check the very continuation of the integration process. The main topics that are going to be discussed are: the opinions of different authors that are experts about the Euro, and expressed their concerns about the whole structure of the European Union in the last years, the other topic will be around the difficulties that the unified monetary system in Europe generates when there isn't a unified government in the territory. The methodology used in this paper constitutes around using both quantitative and qualitative data to come to a conclusion.

**PALAVRAS CHAVE:** Euro; União Europeia; Bloco Regional; Governança Monetária; PIIGS; Políticas Públicas.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender e expor pontos a favor e contra a existência de uma união monetária sem que exista uma união política por trás desse movimento dentro da União Europeia (UE). Além de levantar como essa questão pode ter alavancado a crise de 2008 no continente europeu por conta da existência do Euro.

Um dos principais fatores utilizados para explicar a crise de 2008 e seu impacto no continente europeu é a questão de como é gerida a economia dentro da UE. Economia essa integrada por meio de uma moeda única para todos aqueles países que aceitaram as condições impostas para fazer parte da zona do euro. Porém, juntando países de origem tão distintas entre si socialmente e economicamente, pode-se ter potencializado desigualdades que já existiam anteriormente, principalmente comparando os grandes países com os menores dentro do bloco. Tendo como base o ano de 2019, somado o PIB dos 20 menores países do bloco econômico se tinha um valor menor que apenas o PIB Alemão, os 3 maiores PIBs (Alemanha, França e Itália) somados eram maiores que todos os outros 24 PIBs juntos. Tal dado mostra o tamanho da diferença econômica presente entre os membros desse projeto de integração regional.

Este cenário foi evidenciado na crise econômica mundial ocorrida em 2008. Na qual, as principais potências do mundo sofreram grandes dificuldades em recuperarem suas economias e evitarem a falência de milhares de empresas. No caso Europeu a crise (que nos EUA gerou medidas econômicas apenas dentro de seu território) gerou grandes distúrbios, com os menores países “infectando” as grandes economias, e levando todo a zona do euro para uma crise com impactos sentidos até os dias atuais. Outro contexto que ficou claro as grandes diferenças entre os países do bloco, essa que já se mostrava como uma barreira a ser superada pelo processo de integração desde de o começo, é no cenário em que vivemos atualmente de pandemia. Crise essa de caráter mundial e que dentro do velho continente vemos claramente um protagonismo Alemão em auxiliar os outros países durante esse período. Além de ser o país que mais tem mantido sua economia estável, dado os altos investimentos que têm feito para tal, têm proposto movimentos para auxiliar que os menores países, que não demonstram o mesmo poder econômico, a alcançar uma situação parecida.

Ademais dessa discussão mais econômica, irá ser tratado também como se dá o próprio processo de integração regional e como a UE seguiu as etapas deste descritas na teoria de Bela Balassa (1961). Dessa forma, será discutido quais pontos foram levantados na discussão de formação do bloco hoje conhecido como União Europeia, tratando especificamente quais etapas

foram passadas e as que ainda estão pendentes. Colocando em discussão se faz sentido um avanço ainda maior deste processo.

O tema proposto para o trabalho tem grande relevância atualmente, pois tal discussão sobre a validade desse modelo já é antiga, existe desde a concepção do euro. Porém este debate voltou a possuir a ser um importante tópico com a crise mencionada no que é, atualmente, o único bloco com esse modelo no mundo de união monetária no mundo.

## **2. INTEGRAÇÃO REGIONAL**

A União Europeia é hoje o principal bloco regional do mundo, pois dentre os existentes é o que está mais avançado no processo de integração. Segundo os níveis de integração determinados por Bela Balassa (1961), para o autor há 5 níveis de integração que um bloco regional pode atingir. Sendo eles: Primeiro, uma área de livre comércio, que consiste na eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o comércio dentro de um determinado bloco; Segundo, surge a união aduaneira, nesta etapa acontece o surgimento de uma TEC (Tarifa externa comum) para todos os países dentro do bloco comercializarem com aqueles de fora do processo de integração; Terceiro, se configura o mercado comum, etapa pela qual o processo europeu já passou e compreende a livre circulação de fatores de produção, inclusive a de pessoas (mão de obra); O quarto nível, onde atualmente está a EU que é a união econômica, é realizado a harmonização das políticas macroeconômicas dos países, e é criada uma moeda única; Quinto nível para Balassa seria a União Política, que englobaria tudo das etapas anteriores, além da criação de um governo supranacional para o bloco que passaria a definir os direitos e deveres de todos aqueles dentro do bloco.

## **3. HISTÓRIA DA UE**

A criação da União Europeia se dá por um longo processo de vários anos, como será descrito abaixo, com bases no texto de Felipe Baldissera (2018) “A História da Integração Europeia: Do pós-guerra a Maastricht – Tratados e Instituições” e nos documentos disponíveis no próprio site do órgão.

O processo tem início na década de 40 do século passado, quando em 1948 é assinado o pacto de Bruxelas por França e Reino Unido. Além dos países já pertencentes a outro acordo de cooperação econômica o BENELUX (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). Este acordo tinha como principal objetivo a cooperação pela segurança mútua de todos os países. Na época dessa assinatura, a Alemanha já não era mais uma ameaça dado os acontecimentos da segunda guerra. O medo desses países se voltava por uma possível expansão soviética que já era “dona” da Europa oriental. Tal cenário tornou possível uma influência com mais afinco dos Estados

Unidos na Europa Ocidental, que se via fragilizada no pós guerra e tal envolvimento se deu por meio do plano Marshall.

#### **4. O PLANO MARSHALL**

No ano de 1947, os EUA começaram a planejar como seria o pós guerra para os aliados, mais especificamente como seria para aqueles que estariam em sua zona de influência (alinhados ao modelo capitalista de economia). Foi então que no mês de março, o então presidente Truman, anunciou a doutrina que mais tarde viria a ficar conhecida com o seu nome. Esta, defendia que o Estados Unidos poderia usar da força para auxiliar os países que tivessem sua liberdade, leia-se o capitalismo, ameaçada. Na prática poderia ser declarada guerra para evitar que os países sob sua influência deixassem de ser capitalistas. Para garantir a manutenção do modelo de produção existente na Europa ocidental, os norte-americanos se comprometeram a auxiliar na reconstrução dos países, por meio de um programa que oferecia ajuda monetária, esse projeto deveria também, contribuir para a diminuição das barreiras nacionais entre os países do bloco capitalista, estas que já não eram tão fortes no bloco socialista.

Sendo assim, esse plano considerou como principal objetivo na sua criação: a manutenção das parcerias comerciais de longo prazo com os países europeus. Evitando, assim, que a União Soviética conquistasse mais territórios dentro da Europa e os transformasse em comunistas, como apresentado por Baldissera (2018, p. 3) “...a sobrecarga na economia dos países da Europa ocidental revelou-se maior do que as expectativas. Verificava-se uma falta de alimentos e de bens diversos para o suprimento das necessidades da população...”.

Assim como descrito acima, no excerto do texto, o tamanho da ajuda que os EUA tiveram que dar foi maior do que a que estava planejada. Dessa forma, o montante previsto para ser disponibilizado precisou ser aumentado, e dado o alto investimento realizado, a reconstrução da Europa passou a ser a prioridade da política externa estado unidense.

As negociações sobre qual a forma que o plano Marshall tomaria dentro do velho continente foram longas. Dezesesseis países se reuniram na França a fim de discutir como seriam realizados os investimentos e qual a quantia seria destinada a cada um dos países afetados.

Os países do Benelux, que sofreram sob o poder dos nazistas, estavam ligados à economia da Alemanha havia muito tempo e sentiam que sua prosperidade dependia do fortalecimento do parceiro comercial. A Escandinávia, especialmente a Suécia, queria a manutenção do comércio que tinha com os países da Europa oriental e buscava, assim, manter-se neutra quanto à divisão do Velho Mundo. A França, de outro lado, preocupava-se com a reestruturação do potencial bélico da Alemanha. O Reino Unido insistia, enfim, em

diferenciar-se dos outros países, visto que entendia que, se isto não acontecesse, praticamente não receberia auxílios (Baldissera, 2018, p. 5)

Para os EUA, era de extrema importância que existisse certa unidade na Europa Ocidental para que o bloco estivesse fortalecido no caso de golpes comunistas. O congresso do país era contra o nível de investimento previsto no plano. Porém, cedeu após o golpe na Tchecoslováquia no início de 48, autorizando o projeto que iria introduzir na Europa 12 bilhões de dólares até o fim do plano.

Este previsto para acabar no ano de 1953, e quaisquer iniciativas de se estender esse prazo eram barrados, uma vez que o congresso dos EUA estava preocupado com os esforços demandados pela guerra das coreias. Colocado este contexto, o congresso conseguiu finalizar o envio de verbas para a Europa ocidental em 1951, quando o partido republicano ganhou maioria e colocou em prática um plano de governo mais voltado ao âmbito nacional e as guerras. Apesar disso, outras formas de envio de recursos continuaram a acontecer para o velho continente.

Os auxílios do Plano Marshall ajudaram a reduzir a austeridade e o racionamento com os quais os países da Europa ocidental tinham que lidar, reduzindo descontentamentos e trazendo estabilidade. A influência da União Soviética sobre a Europa ocidental foi reduzida, e, em termos gerais, os Partidos Comunistas tornaram-se menos populares nos anos que se seguiram à introdução do Plano. As relações comerciais criadas e desenvolvidas ajudaram na formação da Aliança do Atlântico-Norte durante a Guerra Fria. De outro lado, a exclusão dos países da Europa oriental do Plano foi um dos primeiros sinais de que o Velho Mundo estava mesmo dividido (Baldissera, 2018, p. 6)

## **5. COOPERAÇÃO ECONÔMICA EUROPEIA**

Andando em paralelo ao Plano Marshall havia um esforço puramente europeu de cooperação, criado em 1948, e que estava a todo vapor durante esse período histórico. Este surgiu no âmbito da conferência dos dezesseis, que foi uma reunião com o objetivo de estabelecer uma organização permanente para auxiliar os países do Velho Continente afetados pela guerra a se reerguerem. Essa organização trabalhava com base em alguns princípios:

- Promover a cooperação entre os países participantes do vínculo e entre seus programas produtivos para a reconstrução da Europa;
- Desenvolver o comércio intraeuropeu através da redução de tarifas e de outras barreiras impostas à expansão do comércio;

– Estudar a exequibilidade da criação de uma zona para o comércio livre; e – alcançar condições para um melhor aproveitamento da mão de obra (Baldissera, 2018, p. 7)

Durante os anos iniciais do plano Marshall, a organização foi responsável por ajustar as contas e organizar parte do comércio intra-europeu. Porém, no começo dos anos 50, com o fim do plano Marshall antes do que era esperado, as políticas de segurança mútuas que agrupavam os auxílios econômicos e militares acabaram por serem substituídas saindo da “mão” da organização e passando, para a recém criada, agência de segurança mútua. No início da década de 60, mais especificamente em 1961, a organização havia sido renomeada para a Organização para a Cooperação que se tornou uma organização internacional, com participação de países europeus, além do Canadá e EUA, e hoje conta com mais de 34 países no seu meio.

No final dos anos 40, juntos aos esforços dos países europeus mais Canadá e EUA, com uma definição de um movimento europeu coordenado, surgiu um outro movimento buscando a cooperação no continente. Esse movimento foi o responsável por criar as primeiras reflexões acerca de uma governança supranacional, com a criação do Conselho da Europa em 49. Além de, posteriormente, ser também o responsável pelas criações do Colégio da Europa localizado em Bruges e do Centro europeu para a Cultura em Genebra. A principal função desse “órgão” nas décadas seguintes foi a criação de institutos para o desenvolvimento de políticas públicas por todo o velho continente.

Desde o ano de 1948, o Movimento Europeu realizou pressões no sentido da integração em áreas diversas, tendo trabalhado pela eleição direta dos membros do Parlamento Europeu, pelo Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht) e também para a elaboração de uma Constituição Europeia (Baldissera, 2018, p. 8)

## **6. COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO**

Definido por meio da assinatura do tratado de Paris, por Alemanha Ocidental, BENELUX (acordo anterior de cooperação econômica entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), França e Itália no começo da década de 50. Este conjunto de países, a partir deste tratado, passaram a fazer parte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que foi uma associação de fins econômicos. Ela tinha como intuito dar acesso a todos os países envolvidos ao carvão e ao aço da região dos rios Mosel, Ruhr e Saar, sem a barreira de taxas e tributos. Essa foi a primeira vez que um acordo gerou a criação de uma agência de administração, sendo assim foi a primeira vez que algo de caráter supranacional existiu na Europa.

O acordo para cooperação econômica manifestou-se a partir de uma iniciativa do governo francês, aliado ao alemão, que buscava possibilitar a retomada do desenvolvimento da região do Ruhr.

Uma crise na indústria do aço parecia formar-se devido aos potenciais de produção, que variavam de um país para outro na Europa. A demanda pela matéria-prima e seu preço diminuíram, e era provável que os industriais formassem um cartel para limitar a competição. À vista das tragédias provocadas pela Segunda Guerra Mundial, os países europeus não podiam deixar que suas indústrias básicas se tornassem o objeto de especulação e de práticas inibitórias pré-ordenadas. Dentre os seis países-membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Alemanha possuía a maior quantidade de carvão. Deste modo, a França solicitou a construção de um canal fluvial para acessar o rio Mosel, e, assim, para facilitar seu contato com os depósitos de carvão da região do rio Ruhr, aproveitando o ensejo para fortalecer sua influência sobre a região do rio Saar (Baldiçera, 2018, p. 9)

Embora toda a cooperação entre os países aparentemente ter corrido bem, a França não se sentia totalmente segura com o crescimento da Alemanha, devido ao histórico de conflitos entre os dois países. Fazia parte do entendimento do governo francês que deixar a Alemanha de lado na reconstrução do continente poderia gerar novamente sentimentos de humilhação, estes que já haviam levado a segunda guerra mundial.

A proposta de criação da comunidade ajudava com diversas questões, pois atenderia as preocupações de crise de abastecimento de aço e de carvão. Assim como seria importante para os movimentos de reconstrução da Europa Ocidental.

## **7. TRATADOS DE ROMA**

Passada quase que uma década da formação da Comunidade europeia do Carvão e do Aço, seus países membros voltaram a se reunir para discutir novos tratados. Estas discussões geraram dois acordos, conhecidos como os tratados de Roma, que estabeleceram mais duas frentes de cooperação; a Comunidade Econômica europeia (CEE) e a Comunidade Europeia para a energia atômica (CEEa).

Em ambos os casos, acima citados, haviam reuniões intergovernamentais com elementos supranacionais. Enquanto que a comunidade do carvão e do aço se auto financiava por meio de sua produção, as duas novas organizações intergovernamentais previam em seus tratados que os países membros contribuiriam para sua manutenção, e não previam a existência de um patrimônio próprio.

O acordo acerca da CEE previa:



- Ampliação constante da economia, concorrência honesta e tráfego balanceado de bens;
- Dissolução das fronteiras intraeuropeias (supressão dos encargos alfandegários);
- Equiparação das determinações legais dos países-membros;
- estabilidade e vínculo mais estreitos entre países;
- Estabilidade financeira externa e interna;
- Garantia dos progressos sociais e econômicos;
- Melhoria das condições de trabalho e de vida;
- Política comum para a agricultura, para o comércio e para o tráfego de veículos;
- Promessa de liberdade e de paz
- Tráfego de bens, de capitais, de pessoas e de serviços livre (Baldissera, 2018, p. 10)

Esse acordo, previa também o início do projeto da criação de um Mercado Comum em etapas, sendo a primeira delas a criação de união aduaneira da Europa que entrou em vigor no final da década de 60, mais especificamente em 1968.

Outro ponto importante de atenção dessa união, foi a política agrária que foi colocada em destaque pelo governo francês. Apesar de contestada por outros países, acabou entrando nos temas dos tratados. Uma vez que, essa medida foi impulsionada pelo governo francês que ao considerar o perfil econômico do país, entendeu ser uma pauta de extrema relevância e que era necessário que fosse possível para o governo implementar uma política de intervencionismo e protecionismo para o setor.

No ano de 1965, foi firmado um acordo entre os membros dessas “comunidades” para unir todas elas abaixo de apenas um guarda-chuva. Foram criados órgãos gerais para todas elas, e, desde os tratados de Roma já partilhavam a Assembleia parlamentar, que na atualidade se tornou o Parlamento Europeu.

## **8. ATO ÚNICO EUROPEU**

Em 1986, assinado por Alemanha Ocidental, BENELUX, Espanha, Irlanda, Portugal e Reino Unido, criou-se o documento conhecido por ato único europeu, com o acréscimo de Dinamarca, Grécia e Itália, no início do ano subsequente, dentro de processo de integração.

O principal objetivo deste documento foi pavimentar a criação de uma União Europeia buscando estabelecer entre seus países um mercado único. Essa finalidade, porém, não era fácil de se alcançar, posto que, naquele momento histórico, todas as ações deveriam ser aprovadas com unanimidade pelos líderes de todos estes países. Desta forma, coube ao Ato Único revisar

os tratados de Roma, afim de se chegar a uma forma que fosse possível implementar esse próximo passo no processo de integração no continente.

...alteraram-se algumas regras relacionadas às instituições das Comunidades Europeias, e ampliaram-se poderes nos setores do desenvolvimento, do meio-ambiente, da pesquisa e da política relacionada às relações exteriores. Através destas reformas, possibilitou-se o fortalecimento da integração não apenas em termos políticos, mas também da União Econômica e Monetária, elementos que seriam reafirmados pelo Tratado de Maastricht. Através dos esforços no sentido da aprovação do Ato Único Europeu, o Mercado Único foi completado em 1º de janeiro de 1993 (Baldissera, 2018, p. 13)

## **9. TRATADO DE MAASTRICHT**

O Tratado de Maastricht foi o que de fato deu origem, ao que no século XXI conhecemos como o maior processo de integração regional que existe, a União Europeia, este foi o assinado na cidade de Maastricht. Ele é um dos principais marcos alcançados por esse processo iniciado no pós guerra. Pois, pela primeira vez houve conversas de uma união política além de econômica, o que sabemos que ainda não foi alcançado, apesar da existência de órgãos supranacionais atualmente.

A primeira definição do tratado foi a mudança do nome de Comunidade Europeia para o icônico nome União Europeia. Esse firmado em 1992 e com validade a partir do final de 1993, quando foi aprovado pelos governos nacionais de seus signatários.

Este documento prevê que existem três pilares para o desenvolvimento do bloco; o primeiro se dá pela junção de todos os outros acordos anteriores a ele, desta forma, passam a fazer parte de apenas uma “entidade” a Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia para a Energia Atômica. Além de criar a cidadania europeia e o Euro por meio da união econômica; o segundo e o terceiro compreendem as esferas de cooperação entre os países membros, como a política externa comum, além da política de segurança e a cooperação judicial. A Principal diferença entre estes pilares se dá pelo modo que as decisões são tomadas. No primeiro as decisões tem um caráter mais democrático indo pelo desejo da maioria. Ao modo que no segundo e terceiro, elas precisam ser unânimes, tornando necessário que exista um consenso entre todos os membros para se chegar a um acordo.

## **10. VISÃO FINAL SOBRE A FORMAÇÃO DA UNIÃO**

Segundo Christophe Degryse, Maria Jepsen and Philippe Pochet, o projeto de uma união Política dentro do continente europeu foi abandonado para dar espaço a uma convergência voltada ao mercado dentro da União monetária da Europa.

*Might it be that, as from 2004-2005, this economic ‘success story’ of the euro zone created the illusion – at least until 2008 and the euro crisis – that marketdriven convergence is more efficient than economic and social coordination? It may perhaps be appropriate to describe the proponents of this market-driven convergence as ‘hyper-realists’ – in the sense that they believe that no alternative arrangement will ever work, that the single currency will never lead to an increase in solidarity among member states and even less to any form of political union, and that markets alone can ensure the requisite convergence towards equilibrium within the monetary area. (2013, p. 15)*

## **11. A CRIAÇÃO DO EURO E SEUS PROBLEMAS**

No caso europeu, a moeda única definida para o bloco foi o Euro, e diversas condições foram estipuladas em sua criação para que novos países pudessem aderir à moeda no futuro. Ela foi idealizada na década de 90 e colocada em circulação no começo dos anos 2000. Assim como, a própria União Europeia, o processo que culminou com a criação do Euro é um de longa duração (que atingiu seu auge no ano de 1999) quando foi aprovado a criação da moeda única para todo o bloco econômico, com a exceção do Reino Unido que optou por manter sua moeda anterior em circulação, movimento esse seguido por outros países posteriormente que ao entrarem na UE optaram por manter sua antiga moeda.

Porém, a criação de fato da nova moeda foi a terceira etapa de um processo de união econômica e monetária iniciado anteriormente. O primeiro, já foi tratado neste artigo, que é o acordo sobre as disposições econômicas únicas para os países membros presentes no tratado de Maastricht em 1992; o segundo passo foi realizado dois anos depois com a criação do Instituto Monetário Europeu, este responsável por pensar e definir quais os preparativos deveriam ser tomados para que fosse possível se ter um Banco Central Europeu (BCE) com capacidade operacional para assumir a responsabilidade da política monetária a ser criada pela introdução da nova moeda em diferentes países. Com isso, no primeiro semestre de 1998 o Banco pôde entrar em funcionamento substituindo o instituto criado anteriormente. O BCE exerce uma função essencial dentro do sistema monetário europeu por ser o responsável por coordenar as ações dos bancos centrais de todos os países do bloco, afim de fazer a economia funcionar, apesar das diferenças econômicas e sociais entre os membros. Foi ele o responsável por determinar quais as características deveriam ser apresentadas por países que desejassem fazer

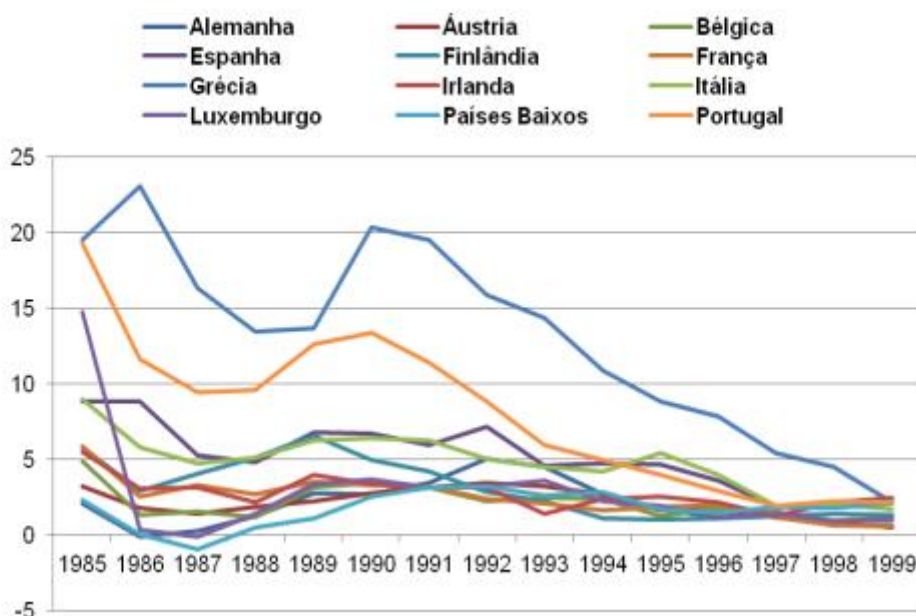
parte da zona do euro. Estes critérios além de determinarem se um país poderia ser aceito ou não dentro da zona do euro, deveriam ser revistos em outras ocasiões para além da decisão inicial, por se tratarem de regras a serem seguidas de ali em diante.

...Estipularam-se os critérios do Tratado que incluíam:

- a) taxas de inflação não maiores que 1,5% acima da média dos três países de menor taxa;
- b) taxas de juros nominais de longo prazo não maiores que 2% se compradas aos dos países de menor inflação;
- c) o país deveria ter participado do MTC por no mínimo dois anos, sem ter ajustado sua taxa de câmbio;
- d) por fim, seu déficit público deveria ser menor que 3% em relação ao PIB;
- e) sua dívida pública menor que 60% do PIB, com algumas exceções sendo aceitas ao longo dos anos (Smiderle, 2013, p. 35)

Com tais condições estipuladas, era possível prever uma convergência das economias dos países para índices muito parecidos entre si, como é explícito no gráfico 1 abaixo, que mostra o comportamento da inflação desde 1985, até a criação do Euro em 1999 (gráfico criado por Allan Cesar Smiderle). Nele é possível ver que nem todos os países tinham o mesmo ponto de partida, porém seus pontos de chegada se convergem a faixa de 0 a 5% de inflação devido à adoção deste critério.

**Gráfico 1: Taxa de inflação anual média nos preços dos consumidores nos países da UE**



Fonte: Smiderle, 2013, p. 45

Na terceira e última etapa temos, de fato, a criação da nova moeda, que começou sua vida logo após sua concepção. Porém, foi necessário um período preparatório para que os países

pudessem se adequar as exigências do banco central europeu em termos econômicos, além de conseguirem disponibilizar cédulas para circulação entre as pessoas, uma vez que, todos os habitantes dos mais de 11 países que aderiram à nova moeda desde sua criação, deveriam ter acesso ao novo dinheiro. Tal mudança, em definitivo dessas moedas, ocorreu apenas em 2002 (e até a data deste presente artigo) segue sendo a maior mudança de numerário da história.

Todas essas mudanças previam uma melhora do comércio entre os países, dado que não se teria mais os custos relacionados a conversão entre as moedas internacionais em negociações intrabloco. Outro ponto pensado que ajudou a alavancar este processo, era uma visão compartilhada pelos países europeus de que uma Europa mais unida ganharia mais poder de barganha no cenário internacional. Isto a tornaria capaz de fazer frente as potências que surgiram no pós segunda guerra, como Estados Unidos e Rússia, e aos países que começaram a ganhar espaço na década de 90 e início dos anos 2000, como Japão e China.

A Nova moeda atraiu muitos olhares de países fora da zona e gerou ainda mais impactos na economia do continente europeu como um todo. No total 8 países já aderiram a moeda após sua criação, e hoje a União Europeia conta com um sistema unificado de supervisão de bancos para fiscalizar e controlar possíveis crises que podem acontecer. Porém, com um movimento tão grande e um bloco com tanta desigualdade econômica e social, as crises vêm a acontecer como os autores discutidos abaixo defendem.

O Euro foi um grande avanço para a integração regional, mas acabou por evidenciar ainda mais as diferenças entre os grandes países europeus e os menores. Streeck (2015) escreveu em seu artigo *“Why the Euro Divides Europe”* que a ideia do euro em sua criação era criar um sentimento de patriotismo europeu na população. Era isso que os investidores pensavam a seu respeito em 1999. Na época do lançamento da nova moeda, o primeiro ministro de Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, declarou que quando as pessoas segurassem em suas mãos as moedas e as notas da nova moeda em 2002 um novo sentimento de pertencimento a Europa iria aflorar. O mesmo otimismo compartilhado pelo ex chanceler alemão Helmut Kohl, que também acreditava no surgimento de um sentimento de identidade europeu, porém em sua fala ele foi mais além, afirmando que esperava que em menos de 5 anos tanto o Reino Unido quanto a Suíça iriam aderir a moeda (até hoje fora da Zona do Euro). A nova moeda teve apoio de mídias que fizeram campanhas, porém tais ideias não se mostraram reais com o passar do tempo.

*As the engine of an ever-closer union the currency's balance sheet has been disastrous. Norway and Switzerland will not be joining the eu any time soon; Britain is actively considering leaving it altogether. Sweden and Denmark*

*were supposed to adopt the euro at some point; that is now off the table*  
(Streeck, 2015, p. 12)

O mesmo autor apresenta, no mesmo artigo já mencionado, que a própria zona do euro está dividida entre países com superávit e déficit em suas contas. Para ele, desde a segunda guerra que não havia tanta hostilidade entre os países europeus, especialmente na forma como estes estavam se tratando desde a crise de 2008. O autor afirma que ninguém se atreveria a fazer um referendo naquela época nem na França, na Holanda ou na Dinamarca perguntando sobre aprofundar ainda mais o processo de integração, pois todos saberiam previamente qual o resultado. Segundo Wolfgang, a Alemanha é o país que mais se beneficiou com o processo europeu, porém é aquela que também têm a responsabilidade de responder as demandas dos demais países dentro da União.

Segundo Streeck, um dos principais pontos para explicar o motivo do euro funcionar como um divisor na Europa ao invés de ser um agente unificador do continente, como planejado em sua concepção, é o fato que existem diferenças regionais entre os países membros. Conforme Wolfgang, cada um dos países lidou de uma forma diferente com a dualidade capitalismo e sociedade. Sendo que um dos principais meios para lidar com essa questão era o aspecto monetário que possuía papel central na economia dos países, e a criação de uma moeda única seria uma tentativa de colocar todos em uma mesma situação dentro do neoliberalismo do começo dos anos 2000.

*The single currency can be understood as the attempt, from whatever motive, to replace the national monetary systems, which were adapted to their institutional and political contexts, with a supranational monetary system that would be equally valid for all the participating societies. It was designed to inject a new, neoliberal form of money into the national economies that would enforce the development of an institutional context appropriate to its own needs. Modern monetary systems and practices are embedded in nation states and can differ fundamentally from one country to the next* (Streeck, 2015, p. 13)

Ele explica que havia diferenças entre o sul e norte do continente. No sul o capitalismo era direcionado a uma produção capaz de atender a demanda local apenas, e se apoiava na inflação para garantir seus ganhos onde fosse preciso. Desse modo, o sistema se sustentava baseando-se em uma grande estabilidade de empregos e muitos cargos públicos. Graças a baixa inflação e juros, era mais fácil para os governos adquirirem empréstimos e bancarem sua economia dessa forma. Assim, a produção de pequena e média escala era incentivada e gerava um mercado interno com alta competitividade e pouca concentração. Enquanto no norte, a

economia funcionava de maneira diferente. Esta era baseada na exportação, e consequentemente estava menos exposta a inflação e se beneficia com a desvalorização da moeda local. Logo, quando os custos de produção subiam, era muito simples redirecionar os investimentos para um setor mais barato. Uma vez que, por mais que fossem beneficiados, esses países não dependiam dessa desvalorização para obterem sucesso do ponto de vista econômico. Essa visão, é reforçado no texto de Allan que defende que tendo em vista as diferenças entre os países membros da UE, era possível se concluir que existiram diferentes visões do que seria considerado aceitável nos índices econômicos. Por esse motivo, algumas barreiras tiveram de ser estabelecidas para aceitar os países dentro do processo, contudo, após entrada na zona boa parte dos países não conseguiu manter seus índices dentro daqueles que apresentaram ao aderir ao processo de integração. Tornou-se necessário para a União lidar com os números que apareciam na realidade, e seus membros não tinham um consenso sobre qual seria um nível aceitável de desemprego e taxas de inflação, dado que estas variáveis sofrem forte influência do âmbito político e até mesmo históricos de cada nação.

Conforme levantado, alguns países reduziram drasticamente sua inflação para poder entrar no projeto. Porém, após toda a mudança interna, se tornou muito difícil manter aquele mesmo nível do indicador. Deste modo, alguns países voltaram a ter números mais elevados de inflação, e com uma união monetária, como no caso da União Europeia, a inflação é forçada a ser igual entre todos os membros, como expressado por Smiderle em seu texto “O governo que é obrigado a aceitar uma taxa de inflação menor que a anterior à união monetária, perde ainda mais esta fonte de ganho, podendo ser expressivo o impacto nas contas públicas.” (2013, p. 49)

O processo de unificação gerou um cenário no qual estes dois tipos de economia passariam a operar com apenas uma moeda, e possuiriam uma taxa de câmbio igual, mesmo quando acontecesse uma negociação entre dois ou mais países dentro do bloco. Vale ressaltar que as assimetrias econômicas não foram consideradas na decisão de unificar a moeda e isto, para Streeck, levanta três questionamentos sobre o euro:

*The struggle raised, and still raises, three distinct questions: first, the interpretation—and, perhaps, the revision—of the monetary system agreed in the Maastricht Treaty; second, the duty of member states to undertake institutional ‘reforms’, so as to align the South with the North, or vice versa; and third, assuming a persistent disparity of incomes and living standards, the question of balancing payments from North to South. (Streeck, 2015, p. 18-19)*

Como descrito no trecho acima, haviam três questionamentos que eram bastante levantados na época acerca da implementação do euro. A primeira dizia respeito a como deveria ser interpretado o sistema monetário definido no tratado de Maastricht, tal dúvida surgia devido

a nunca se ter visto, até aquele momento, um modelo onde territórios totalmente independentes entre si compartilhavam um sistema monetário único. O segundo questionamento se dava acerca do papel dos países dentro do processo, questionando como se daria o alinhamento entre os interesses dos países do norte e sul europeu, ou seja, como uma Alemanha e França seriam capazes de alinhar reformas econômicas a serem realizadas, tendo como banco central o mesmo que países menores como Portugal e Grécia dado a existência do Euro, como se chegar à um denominador comum. O terceiro e último questionamento tem certa relação com o segundo, pois levanta o principal ponto dessa disparidade entre os membros já mencionada, que é a grande diferença entre as economias e os padrões de vida existentes entre os grandes e os pequenos países dentro da Zona do Euro, a grande dificuldade seria se chegar em um consenso para os pagamentos que deveriam ser feitos, por cada um dos países, à União e ao BCE, a dúvida que ficava era sobre como eles seriam equilibrados dado a grande disparidade de poder econômico que existia, como já apresentado o PIB dos 3 maiores países do bloco regional supera todos os outros membros somados.

Em 2008 a União Europeia sofreu sua maior crise financeira, a crise dos “PIIGS” (acrônimo para os nomes dos países mais afetados Portugal, Irlanda, Espanha, Grécia e Itália) que tem consequências até os dias de hoje, e que em 2010 gerou a implementação de uma nova governança econômica na Europa, tornando as regras econômicas mais rígidas e complexas para seus membros, em contraste, a flexibilidade que imperava anteriormente, especialmente no caso de novos entrantes na zona do euro.

*When the crisis broke out in 2008, an initial response was to call into question the concept of self-regulating markets. However, the transformation of the crisis of bank debts into a crisis of public debt as from 2009 supplied a new narrative that was exploited by these well prepared strategic actors (ECB, economic and finance ministers, DG Ecfm) in order to put their ideas into practice and alter the function of social policy so that it became the adjustment variable within monetary union. Adjustments in the euro zone (particularly in terms of competitiveness and productivity) were henceforth, according to them, to take place by way of wages, labour law, and social security. This is the principle of internal devaluation, the application of which to Greece has achieved the status of an archetype...(Degryse, Jepsen, Pochet, 2013, p.18)*

A crise fez com que grandes mudanças fossem feitas em diversos países nas suas políticas econômicas, tais mudanças vieram de forma gradual e na base de recomendações dadas pelos países menos afetados pela crise.

*In 2011 the recommendation was rather general: ‘Take steps to reform, in consultation with the social partners and in accordance with national practice,*



*the system of wage bargaining and wage indexation, to ensure that wage growth better reflects developments in labour productivity and competitiveness.’ In 2012, by contrast, the wording became extremely precise and was accompanied by a call for a more radical change in the Belgian collective bargaining system. ‘To boost job creation and competitiveness, take steps to reform, in consultation with the social partners and in accordance with national practice, the system of wage bargaining and wage indexation. As a first step, ensure that wage growth better reflects developments in labour productivity and competitiveness, by (i) ensuring the implementation of ex post correction mechanisms foreseen in the “wage norm” and promoting all-in agreements to improve cost-competitiveness and (ii) facilitating the use of opt-out clauses from sectoral collective agreements to better align wage growth and labour productivity developments at local level.’ Finally, in 2013, the recommendation became once again less prescriptive, while remaining more precise than in 2011: ‘To restore competitiveness, pursue the on-going efforts to reform the wage setting system, including wage indexation; in particular, by taking structural measures, in consultation with the social partners and in accordance with national practice, to ensure that wage setting is responsive to productivity developments, reflects local differences in productivity and labour market conditions, and provides automatic corrections when wage evolutions undermines cost-competitiveness.’ (Degryse, Jepsen, Pochet, 2013, p.34)*

Porém, para Vivien Schmidt as políticas econômicas da UE, em especial aquelas em resposta à crise de 2008, tem caráter altamente conservador de cunho neoliberal e origem germânica que buscava uma “moeda segura” e “finanças estáveis”.

Estas ideias políticas foram usadas para empurrar políticas de aperto de cinto a todos os país a partir de 2010, enquanto para àqueles com problemas elas significaram redução radical do déficit e austeridade severa para lidar com os altos déficits e dívidas, empurrando tais países ainda mais fundo na recessão econômica. Apesar de claramente políticas em substância, estas políticas foram apresentadas como soluções tecnocratas apolíticas para as quais NHA, “não há alternativa” (ecoando a famosa frase de Thatcher). Como tal, em nível de UE o impulso a tais ideias não esteve sujeito a debate significativo no Conselho, deliberação no Parlamento Europeu, ou discussão na Comissão – em particular entre 2010 e 2012 (Schmidt, 2013, p.261)

Para a autora, a crise enfatizou os problemas de legitimidade na União Europeia. Pois, perdeu-se a credibilidade do bloco perante a sociedade, assunto também abordado por Streeck. Quanto a Schimdt, as decisões gerais do bloco apesar de terem gerado pontos positivos ocorreram também diversas decisões controversas.

Não há dúvida que muitas decisões da UE têm, ao longo dos anos, oferecido resultados (saída) positivos para os cidadãos da UE, incluindo políticas focadas na igualdade dos gêneros e portabilidade de pensões. Outras, porém, tiveram efeitos negativos em alguns países. Entre estas, a iniciativa de serviços da Comissão, que em sua iteração privilegiou regras dos países de origem, incluindo pensões e taxas de salários para trabalhadores de serviço em países receptores, famosamente aumentando a imagem do “encanador polonês” na França; e as decisões da CEJ focadas na liberdade de movimento que reduziram os direitos dos sindicatos suecos à greve nos casos de Laval e Viking; serie BR-EU 2013 21.05.indd 262 22/05/14 00:19 263 déficit democrático da união europeia ou quando derrubou cotas na escolas de medicina na Áustria para alunos alemães. Apesar de que estes podem ser vistos de forma positiva da perspectiva da UE, como promovendo uma governança polanyiana de correção de mercado para todos os europeus<sup>18</sup>, da mesma forma, elas podem ser vistas negativamente de uma perspectiva nacional como uma destruição neo-liberal pós-polanyiana das relações de trabalho nacionais e sistemas de bem estar, violando as preferências dos cidadãos (entrada) nos países afetados” (Schmidt, 2013, p.262-263)

Em relação as políticas do euro, Vivien coloca que, anteriormente a crise a legitimidade da moeda estava pautada em sua política de saída. Tal ponto era visto de forma positiva, pois protegia os países de maiores flutuações cambiais e mantinha a credibilidade do euro no mercado internacional. Porém, o cenário positivo mudou quando a crise começou e já no ano de 2010 países membros da zona do euro precisaram recorrer ao FMI e a própria União Europeia para recuperar garantias de seus empréstimos de resgate.

... os estados-membros da Zona do Euro em geral concordavam com a supervisão de seus orçamentos pela UE, crescentes perguntas surgiram sobre a legitimidade democrática destas medidas, práticas e políticas de atores institucionais. A UE foi criticada por alguns devido a seus processos (através) que eram muito lentos e suas políticas (saída) que eram inadequadas em resposta à crise da dívida na Grécia; insuficiente em relação às facilidades de garantia de empréstimo para países sob o risco de contágio e errônea em termo das políticas de “aperto de cintos” concordada por todos os estados-membros, com austeridade draconiana para países com serie BR-EU 2013 21.05.indd 265 22/05/14 00:19 266 temas de uma agenda estratégica entre brasil e união europeia problemas, requerendo um nível de deflação de salários e ajuste econômico insustentáveis tanto política quanto socialmente. (Schmidt, 2013, p.265-266)

## 12. DUALIDADE MOEDA E GOVERNO

Um dos principais diferenciais da UE em relação aos outros blocos internacionais existentes no mundo se deve ao fato que esse é o único bloco que levou seus membros a uma união monetária. Mesmo com tantos outros existentes no mundo, apenas no velho continente que existe tal cenário, o que pode gerar uma dúvida do porque esse modelo não é seguido ao redor do mundo. Visto que, quando falamos de União Europeia logo pensamos em um bloco unido que concede mais poder de negociação no cenário mundial aos seus membros. Porém, essa não passa de uma visão muito simplista deste processo, além de ignorar todas as dificuldades que surgem ao se gerir uma moeda única circulando em tantos países de cultura e tradições econômicas diferentes.

Um dos primeiros impactos é a notável perda de independência econômica que o país passa a ter para gerir sua própria economia, este é aquele que é o mais imediatamente sentido por um país que aceite fazer parte da zona da nova moeda. Esse impacto, que os maiores países do bloco conseguem gerar nas menores economias, é significativo, e muitas vezes os países pequenos não possuíam o preparo necessário para abrirem mão de uma parte grande de sua gestão. Eles perdem poder sobre a taxa de câmbio além da inflação, dois dos principais indicadores acompanhados e influenciados em uma gestão econômica eficiente.

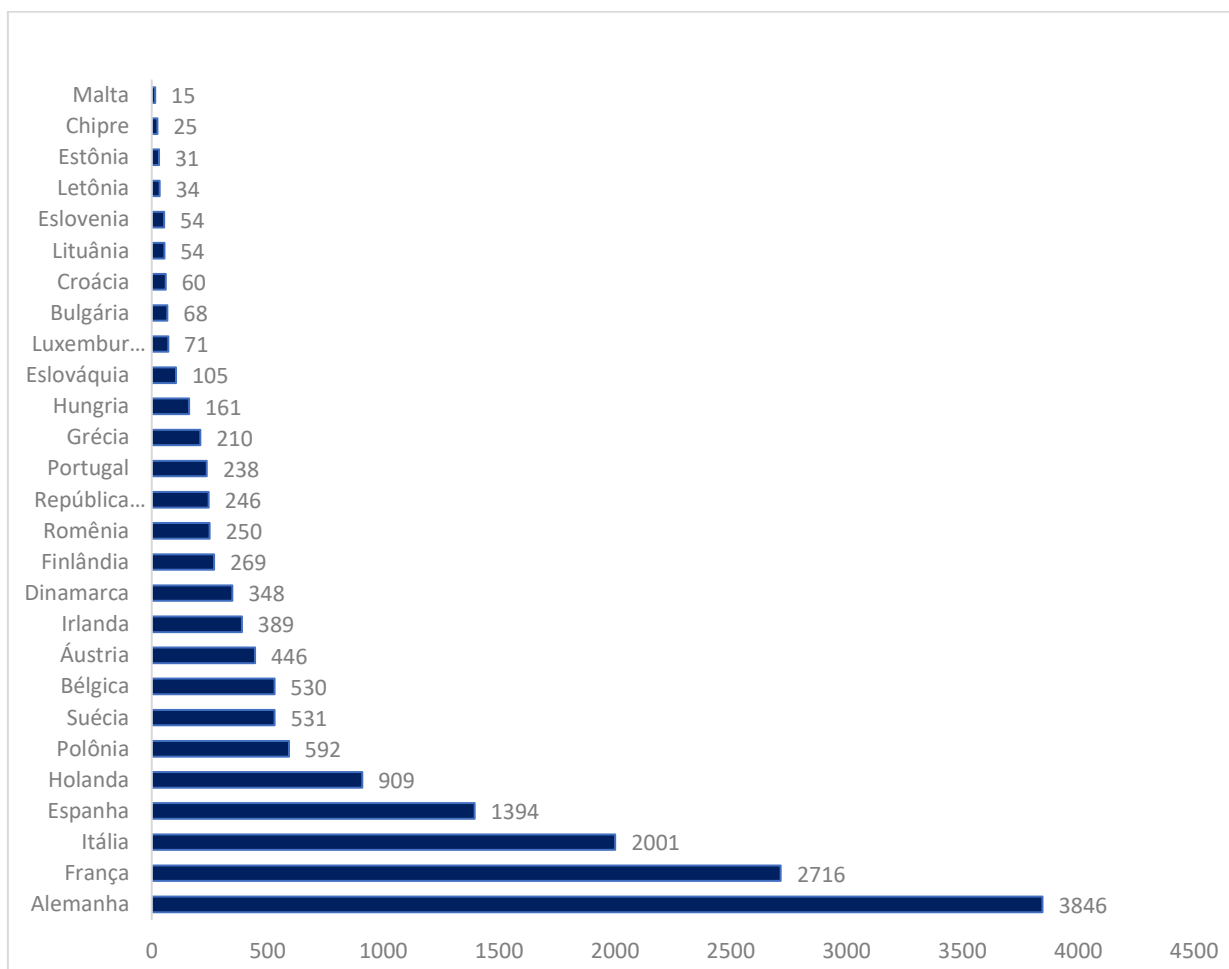
No caso da União Europeia, como já citado neste artigo, todo esse poder é passado das gestões descentralizadas dos países à uma gestão única exercida pelo Banco Central Europeu. Essa mudança transformou os bancos centrais que existiam anteriormente em meras filiais do poder central. O impacto mais visível e preponderante deste movimento é visto em momentos de crise em que naturalmente se vê uma retração na demanda econômica e é sentido especialmente pelos países mais fracos economicamente.

Os países nessa situação acabam por perder o monopólio de suas políticas monetárias, ou seja, perdem a autonomia em relação as taxas previamente mencionadas como a inflação. Logo, não há mais ganhos com o chamado imposto inflacionário (uma fonte de renda que o governo tinha ao fazer importações e exportações na hora de converter as moedas internacionais para a sua nacional), assim sendo, para alguns países de menor poder econômico o impacto dessa mudança é expressivo em suas contas públicas.

Alguns autores, como Frankel, Rose, Engel, Alesina, Barro e Tenreyro, em suas teses, defendem que países integrados monetariamente, mas que por sua vez possuem ciclos “assimétricos” da economia, podem passar por problemas em implementar políticas monetárias, especialmente aquelas que podem vir a ser contra cíclicas para um ou outro de seus membros, uma vez que podem existir diferentes situações econômicas entre os países. Por outro lado, quanto mais próxima for a economia dos membros mais tranquila se torna essa transição

para uma moeda única, e menor o impacto que esses países irão sentir na sua autonomia. No gráfico 2 abaixo, tendo como referência dezembro de 2019, é possível observar a diferença econômica existente entre os membros da União Europeia. Mesmo quando comparamos a Alemanha, maior economia do bloco, com a França, segunda maior economia (além de ser o país idealizador de muitas das ideias da UE), reparamos uma grande diferença, o PIB francês é 29% menor que o alemão, e, ao analisarmos os menores países da zona do euro, a diferença é ainda maior.

**Gráfico 2: PIB Países União Europeia em Bilhões U\$D**



Fonte: Ministério das Relações Exteriores., Comércio Exterior: União Europeia, 2016.

Ao final desse processo integracionista, fica a cargo dos órgãos supranacionais definir e implementar a política econômica para todo os seus membros. Diante disso, quanto mais próximas forem as economias previamente mais tranquilo se torna este processo.

Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) sugerem que a diferença de etapas de desenvolvimento por que passam os países ou regiões pode causar - por conta da livre circulação de capitais entre os envolvidos - o deslocamento de fatores das áreas menos desenvolvidas para as de mais

produtividade, aprofundando as desigualdades existentes antes da integração. Os investimentos podem ser direcionados não apenas em termos de volume, mas também de qualidade, ou seja, os de maior valor agregado vão ser atraídos pelos países com mais tecnologia. (Smiderle, 2013, p. 49)

Outro ponto negativo que gera impactos diferentes nos membros do bloco, e que potencializa a assimetria dentro dele, é o processo de delegação das decisões monetárias à um banco central supranacional, pois, se perde a possibilidade de melhorar a competitividade da produção local com os produtos internacionais por meio de taxas de exportação. Assim, a partir do momento em que os países ficaram a mercê do Banco central europeu, as taxas passaram a serem definidas para todos os 27 países de forma conjunta, e, por exemplo, a necessidade dessa taxa na Alemanha é muito menor do que na Grécia ou em Portugal. Estes que na prática precisam colocar taxas muito superiores para manterem suas produções nacionais competitivas com o resto do mundo, principalmente, com países que produzem o mesmo que eles e têm mais vantagens competitivas na produção.

Um dos principais questionamentos que surge acerca da União Europeia é justamente esses pontos em relação a viabilidade da União monetária colocada em prática no bloco. Colocando em debate se faz sentido implementar uma única moeda em países tão diferentes economicamente, especialmente em termos de produção e empregos. Boa parte dos teóricos da economia irá defender que, em uma situação parecida com a europeia, deveriam existir diferentes taxas e impostos para cada um dos territórios. Somando-se a isso, ainda existe a função do Banco Central Europeu de manter a estabilidade nos preços dos produtos da União, e como consequência dessa função, dificilmente a escolha deste será por reduzir a taxa de juros numa necessidade de retomada de uma única economia nacional.

Caso este momento de baixa econômica persista, o ajuste só ocorrerá pela via de baixa no nível geral de preços, pela retração na demanda, e, até que isto se suceda, uma alta na taxa de desemprego deverá ser suportada (Smiderle, 2013, p. 50)

Após o processo de integração monetária europeu a única política mantida pelos países de forma autônoma foi fiscal, por ela ter um impacto menor na economia de forma geral. Porém mesmo essa autonomia não era tão real, pois quando olhamos para o caso da crise de 2008 uma das saídas da UE foi pressionar os países a incluírem a regra de ouro fiscal em suas

constituições, ou seja, a partir desse momento nem a política fiscal ficou mais na mão dos países.

### 13. CRISE 2008

Em 2008, estourou nos países desenvolvidos, uma grande crise econômica, que mostrava impactos em todo o mundo, e suas consequências são vistas até os dias de hoje. No caso europeu, o agravamento dessa crise no período, gerou uma segunda dentro do bloco da União Europeia, que ainda não foi totalmente resolvida. Esta ficou conhecida como a crise dos PIIGS, sigla em inglês que representa cada um dos países “responsáveis” por ela (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha). Este termo é usado de forma pejorativa ao comparar esses países à porcos (pigs em inglês).

É importante ressaltar que, apesar de serem colocados como um grupo de países, o impacto da crise foi diferente em cada um deles. Sendo a Grécia, a que viveu o caso mais grave. Edison Marques, que é um economista da FEE, coloca que a entrada desses países na zona do euro é o ponto de partida para o entendimento desta crise. Visto que, essa entrada gerou uma melhora nas captações destes governos, junto aos mercados europeus, com os custos convergindo ao mercado Alemão. Uma vez que, o euro foi criado tendo como base as taxas do marco, antiga moeda da Alemanha, tal fato elevou o poder de compra de todos os agentes econômicos do bloco, gerando um incremento significativo na demanda doméstica, pois, aumentou o poder de compra da população. Porém, esse mesmo processo acabou por minar a competitividade desses países frente ao maior país da UE, dado que os acréscimos salariais e de preços foram superiores ao crescimento da produção destes, logo a economia dos menores países acabou desbalanceada.

Tal perda de competitividade externa foi fruto, também, das políticas deliberadas de contenção dos custos domésticos na Alemanha, ao longo da presente década. Essa postura representou uma reversão às políticas expansionistas realizadas na década de 90, que contemplavam o ônus da reunificação e da absorção da massa de trabalhadores do antigo lado Oriental (Moreira, [20?], p.1)

Essa crise no continente, começou em um ator que a princípio teria um papel pequeno dentro da União, a Grécia, que hoje em dia representa apenas 1,5% do PIB somado de todos os membros. Esse acontecimento, serviu para evidenciar as principais dificuldades em se manter uma moeda única em países tão desiguais. Essas representadas pelo desequilíbrio entre o que o Banco central europeu pregava e o que a política fiscal nacional pedia para evitar os problemas, porém, dado a união monetária existente as “vontades” do BCE se sobressaíam aos desejos

nacionais. E a situação que permaneceu foi uma onde os menores países dentro do bloco possuíam elevados déficits fiscais e um endividamento público extremamente alto. Situação a qual eles se sujeitaram para conseguirem se manter competitivos, posto que, o crescimento projetado por eles não era o suficiente para justificar gastos dessa magnitude. Pois, como mencionado, o PIB Grego, assim como o PIB dos outros países da sigla “PIIGS”, era e continua sendo muito inferior ao dos países a frente do processo de integração como Alemanha e França, o que torna essa situação o ponto comum para todos eles.

Quando há uma situação como essa, há dois caminhos: calote ou desvalorização cambial. Como esses países não têm como mexer no câmbio, porque adotaram o euro, o medo do calote fica, todavia, mais presente (Moreira, [20?], p.1)

A partir do momento que a crise começou a avançar e “infectar” os países da zona do euro mencionados acima, o medo se espalhou por todos os outros países membros. Estes passaram a ter receio de verem suas economias eclodirem apenas por compartilhar a mesma moeda com esses países de alto endividamento. Uma vez que, passou a ser importante para todos os países da zona que nenhum membro quebre, dado que isso afetaria negativamente toda a economia intrabloco.

Com a crise financeira e a desaceleração econômica, tais países tiveram seus déficits aumentados tanto pela queda da arrecadação quanto pela elevação das despesas primárias, acarretando incrementos adicionais no seu endividamento (Moreira, [20?], p.10)

A ajuda para superar a crise nesses países veio dos países maiores da EU, leia-se Alemanha e França, além de órgãos internacionais como o FMI. Porém, para estarem aptos a receber essa ajuda a Grécia, assim como os outros afetados, tiveram que assinar compromissos de diminuição de gastos além de se comprometer a penosos ajustes fiscais que tiveram impacto direto no bem estar da população.

#### **14. PONTOS POSITIVOS DA INTEGRAÇÃO UE**

A integração regional, segundo a teoria, que podemos considerar clássica para este tema, a de Bela Balassa (1961), pressupõem um processo em etapas.

A primeira delas, é a criação de uma área de tarifas especiais para importação e exportação dentro do território. Em geral, essa primeira etapa se dá pela negociação de descontos para apenas alguns produtos, como o que aconteceu no caso europeu com a Comunidade do Carvão e do Aço. Nesse primeiro passo, é apenas isso que acontece, não há a criação de órgãos supranacionais, há apenas acordos internacionais de cooperação.

A partir do êxito na primeira etapa, nasce a segunda onde será determinada uma área de livre comércio. Nesta etapa começa a se criar entidades de cooperação internacional para gerir as negociações, no caso europeu foi a zona de livre comércio que surgiu com o avanço dos tratados.

A terceira fase do processo, prevê a criação de uma união aduaneira. Na qual o comércio entre os países é regulado de forma “supranacional”. De modo a zerar as barreiras tarifárias para essas trocas, na Europa havia uma união aduaneira até mesmo antes de se existir a UE, que foi o BENELUX, processo de integração prévio a União. Mas que logo no começo do processo foi incluído, junto aos idealizadores Alemanha e França para dar mais força ao projeto da Europa Unida.

A quarta etapa só pode ser alcançada ao se passar pela terceira, e de fato se essas taxas aduaneiras foram zeradas. Pois, é nela que se consolida todos os pressupostos de integração, com pontos para a mobilidade de pessoas e capitais. Dado esse cenário, nessa etapa se torna necessário que existam regras supranacionais que determinem como essa mobilidade será possível, outro ponto que passa a existir nesta etapa é um início da busca por um sentimento de pertencimento à um grupo ao invés de uma nacionalidade. O avanço dessa etapa passa também pela unificação monetária capaz de trazer ainda mais a sensação de unidade ao bloco, essa é o ponto em que a União Europeia se encontra hoje.

O final do processo de integração seria a União política, na qual todos os países dentro de um bloco de integração regional estariam abaixo de um poder central supranacional e passariam a funcionar de forma mais unificada. Essa etapa até os dias de hoje não foi alcançada por nenhum bloco regional, e alguns autores defendem que nunca será alcançada.

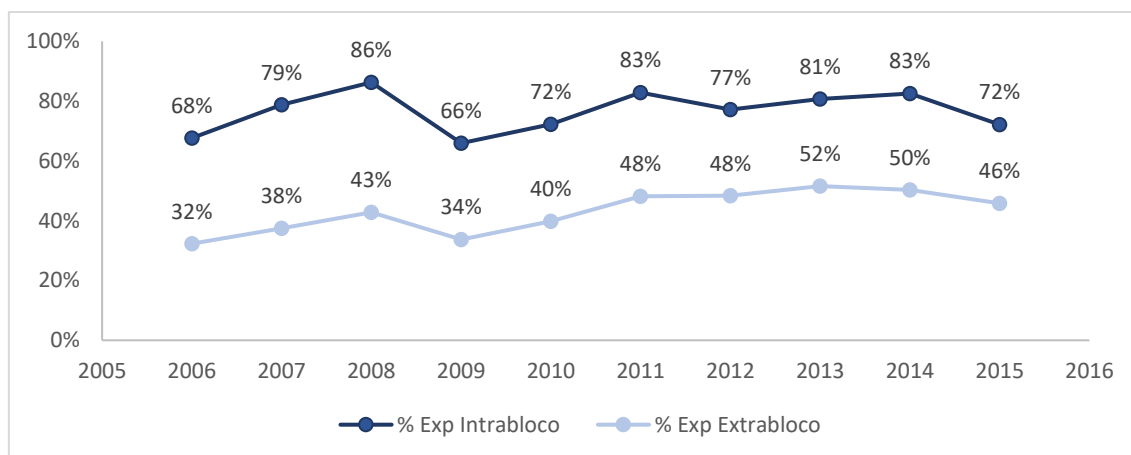
Considerando esse processo descrito acima, é possível defender que a UE, apesar de não possuir uma união política e que ao implementar sua união monetária não considerou todos os critérios prévios necessários (como a crise de 2008 mostrou), está trilhando o caminho certo para se alcançar o estágio mais avançado de integração. Por enquanto há apenas indícios de um poder supranacional no continente, com órgãos que possuem funções específicas. E é impossível dizer se de fato os países possuem interesse em chegar a tal estágio de integração, ainda mais no velho continente, onde que já tivemos tantos casos de patriotismo exacerbado, como as duas guerras mundiais. Porém, o que é possível dizer é que a União Europeia já passou por 4 estágios da teoria de integração e pode eventualmente optar por avançar ainda mais esse processo em algum momento do futuro alcançando a União Política.

Outros pontos positivos que podem ser apresentados a favor da união monetária, é que ela determina uma redução dos riscos cambiais para todo os países envolvidos. Dado a definição



de uma taxa cambial única para todo o bloco, o que por sua vez gera uma melhor previsibilidade e segurança para os agentes econômicos externos. Estimulando um aumento considerável nas trocas e negociações entre os países membros.

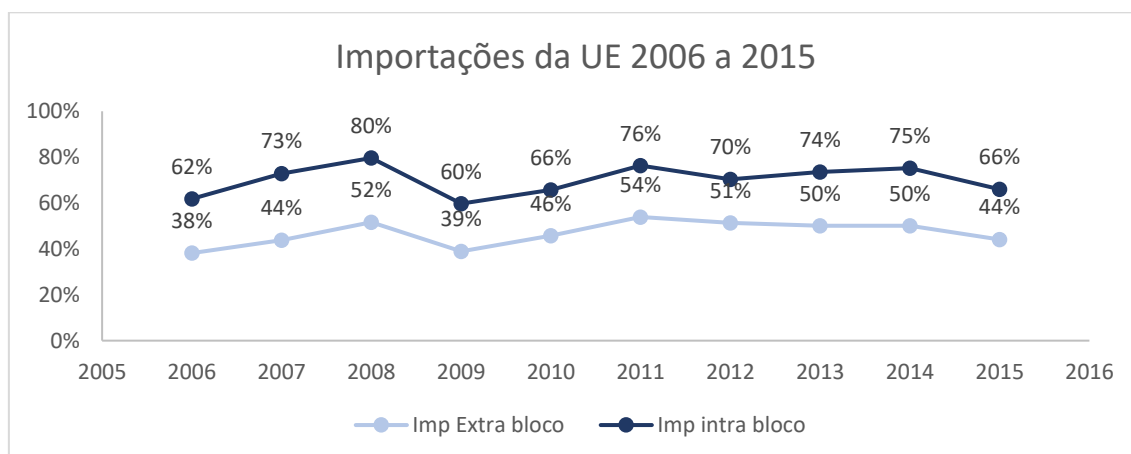
**Gráfico 3: Exportações da UE de 2006 a 2015**



Fonte: Ministério das Relações Exteriores., Comércio Exterior: União Europeia, 2016.

Como pode ser visto no gráfico 3 acima é possível ver que a UE preza pelo comércio interno do bloco, com a grande maioria das exportações realizadas pelos seus países acontecendo para outros membros da União. Este cenário se repete ao olharmos para as importações, gráfico 4 abaixo.

**Gráfico 4: Importações da UE de 2006 a 2015**



Fonte: Ministério das Relações Exteriores., Comércio Exterior: União Europeia, 2016.

Esse fato, pode não ter como origem apenas a definição do Euro como moeda única para a grande maioria dos países da União Europeia, porém, é possível afirmar que ele tem sim um grande impacto nesses dados. Uma vez que apenas os países extrabloco passam a ter que lidar com o risco da variação cambial e a perda de valor na conversão das moedas. Consequentemente, é possível ver uma queda na taxa de juros dado que o risco se torna menor

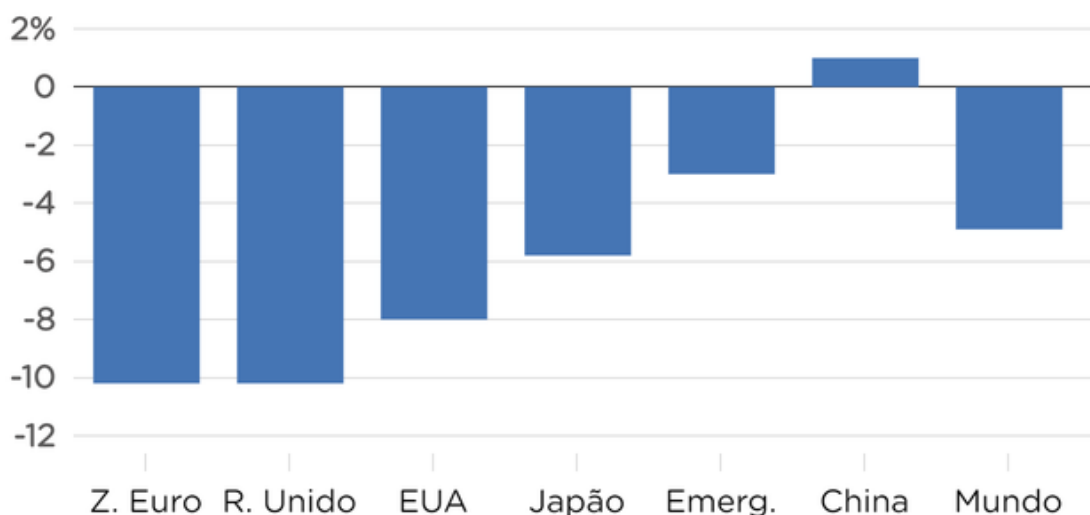
para os investidores, atraindo assim mais investimentos, especialmente das multinacionais que operam em mais de um país na região.

Obstfeld (1997) observa que no caso da Zona do Euro, países como França, Itália, Portugal e Espanha trouxeram suas taxas de inflação até níveis antes inimagináveis para estes países, muito próximos do alemão. A busca para se adequar aos critérios de convergência fez com que estes países mudassem suas políticas de equilíbrio doméstico, dando maior poder e independência aos bancos centrais além de priorizarem a integração econômica e reformas institucionais (Smiderle, 2013, p. 47).

## 15. CRISE DA COVID-19

Em 2020, o mundo inteiro foi afetado por uma grande crise sanitária, causada pelo novo Corona Vírus. Esse cenário apesar de mundial, foi especialmente agressivo com a economia da União Europeia. Segundo dados do relatório *World Economic Outlook* do FMI divulgado em junho do ano passado (2020), o PIB da Zona do Euro era o que apresentava uma maior queda. Sendo ela, superior a 10%. Resultado este demonstrado no gráfico 5 abaixo.

**Gráfico 5: Variações do PIB em 2020 – Projeções do FMI**



Fonte: World Economic Outlook – FMI, junho de 2020

A questão referente ao crescente desemprego foi outro âmbito bastante impactado. De acordo com os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a perda de postos de trabalho, do bloco, nos primeiros meses da Covid-19, foi 10 vezes maior que o enfrentado na crise de 2008. Esse cenário gerou uma movimentação dos líderes das nações para criarem maneiras de lidarem com essa crise. No primeiro semestre de

2020, foi aprovada uma proposta de um pacote de socorro emergencial a economia da União. Ele previa um investimento total de 500 bilhões de euros, porém, após negociações esse pacote foi revisto, e passou a prever um investimento de 750 bilhões.

Esse novo pacote, levado para discussão em maio, passou por diversas outras negociações. Até que em novembro foi aprovado por conter planos de reajuste no orçamento do bloco de longo prazo, e foi denominado de “*Next Generation EU*”. Ele prevê que os empréstimos tomados agora serão pagos em até 30 anos, porém com a ressalva que os pagamentos devem começar apenas em 2028.

Os países afetados irão receber o auxílio via empréstimos tradicionais advindos do banco central europeu, com taxas mais amenas de juros, ou via subsídios concedidos aos países. Espera-se que essas “doações” sejam devolvidas a UE por meio de contribuições destes países após a superação da crise.

Do modo em que foi proposto, o segundo meio de distribuição geraria uma despesa extra de longo prazo a todos os membros, mesmo para aqueles que não sejam beneficiados nesse plano. Isso aconteceria, pois, a prioridade seria de acordo com o quanto o país foi afetado pelo vírus.

Outro ponto já mencionado diz respeito às exigências dos países de reverem orçamento de longo prazo. Esse orçamento é feito pela União e prevê os gastos e os investimentos totais que podem ser feitos pelo bloco nos anos seguintes. Normalmente, ele é feito para os próximos 7 anos, e possui o objetivo de criar uma previsibilidade e assim gerar uma eficiência maior aos programas que a UE investir.

Dois pontos principais desse plano surgiram como temas de debates mais tensos entre os países. O primeiro: a questão dos subsídios que em um primeiro momento gerou indagações por parte da Dinamarca, Países Baixos, Áustria e Suécia, estes pressionavam por uma redução do valor destinado à essa ajuda, argumentando que seria como recompensar países que geriram mal a crise da Covid no âmbito econômico. Segundo eles, foi essa má gestão que levou alguns países a sofrerem mais que o outro durante esse período. Essa solicitação foi atendida pela comissão e além da redução do valor destinado à essa ação, estes países ganharam também um desconto nos valores de sua contribuição anual a União. Enquanto que os países que receberam essa ajuda também ficaram obrigados a apresentarem um plano de contingência mostrando como o dinheiro seria usado. O segundo ponto: surgiu em um momento posterior, trata-se da aceitação do plano final (proposto no segundo semestre de 2020) quando quase todos os países aceitaram o plano de ajuda criado, este levado a frente principalmente pelo governo Alemão. Porém, dois países não aceitaram, e, como para se aprovar algo dessa magnitude é necessário

um consenso geral, temos uma situação em que, basicamente, Hungria e Polônia estão segurando todo o resto do bloco como “reféns”. Eles reclamam de uma condição imposta no plano para que os membros possam receber a ajuda, que é a proteção e o respeito ao Estado de direito (respeito aos direitos fundamentais do ser humano). Para entender essa posição, é necessário compreender o momento atual do Velho Continente, no qual, vemos uma ascensão muito grande de partidos conservadores de extrema direita. Nesses dois países mencionados esses partidos alcançaram a presidência e não concordam com essa restrição imposta para o recebimento do pacote de ajuda, uma vez que correm o risco de não receberem nada devido a essa regra.

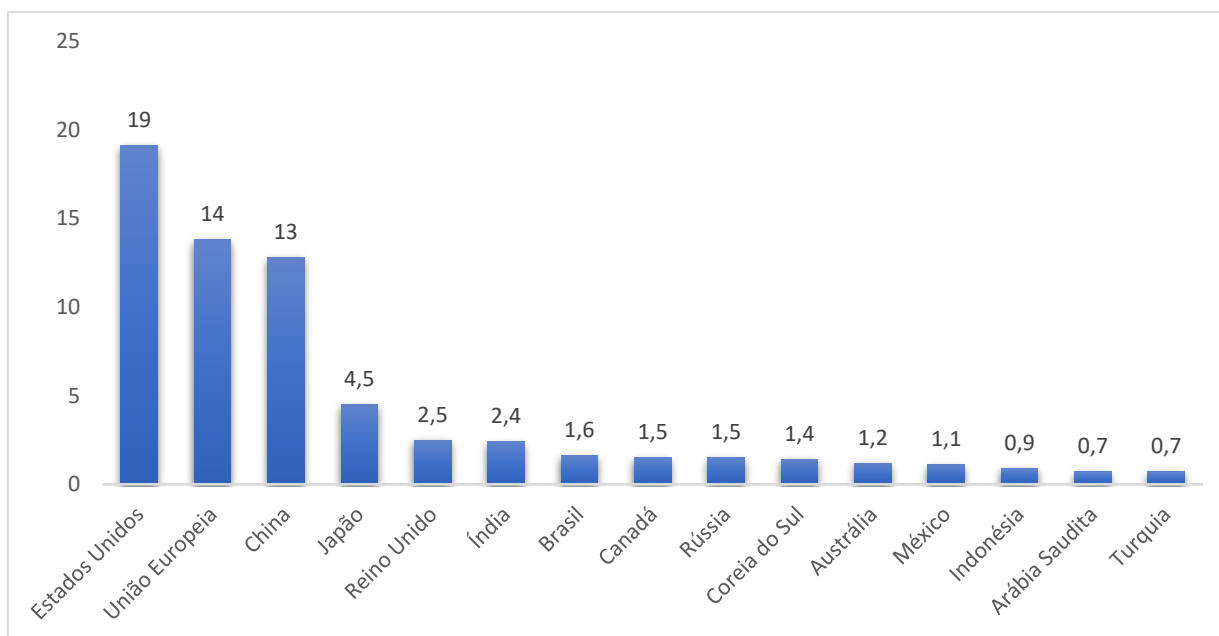
## **16. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de integração regional que acontece na Europa, desde o fim da segunda guerra mundial, apesar de inicialmente ter se pensando apenas na manutenção da paz e na reconstrução dos países afetados pela guerra, gerou o que hoje conhecemos como União Europeia, organização essa que representa uma das maiores forças políticas e econômicas do mundo. Conforme discutido anteriormente neste trabalho, foi longo e duradouro o caminho trilhado pelos países membros para se chegar ao modelo de integração existente hoje com uma moeda única para boa parte dos membros, livre circulação de pessoas dentro do bloco além de organismos supranacionais com poder de definição de políticas para todos os integrantes.

A UE mostra muito claramente os lados positivos e negativos de uma integração tão aprofundada nos moldes definidos na teoria de Balassa (1961).

De um lado vemos o poder que o bloco adquiriu no cenário internacional atuando como um conjunto. Mostrando ser uma economia que consegue competir de igual para igual com Estados Unidos e China, além de ter um poder de barganha alto nos órgãos internacionais como ONU e OMC dado a existência desse poder econômico.

### **Gráfico 6: PIB Anual em Bilhões de Euros 2019**



Fonte: FMI

Contudo, do outro lado dessa moeda, temos os pontos que geram discussões internas no bloco, e que dificultam o processo de tomada de decisões. Em virtude que, tais decisões afetam todos os países, ao mesmo passo em que eles vivem com situações econômicas e sociais desiguais. Enquanto que Alemanha e França sozinhas aparecem entre as maiores economias do mundo, países, como, Grécia, Portugal e Chipre, por exemplo, não possuem o mesmo poder. Inclusive, entre eles há grandes diferenças, dessa forma torna-se mais complicado definir os meios para lidar com os problemas financeiros de um bloco tão heterogêneo como a UE.

A crise de 2008, evidenciou o quão problemático essa diferença econômica, no cerne desse processo de integração regional, pode ser prejudicial, uma vez que todos esses países possuem uma mesma moeda em circulação atrelada a um banco central supranacional. Os países, denominados pejorativamente de “PIIGS”, acabaram por potencializar a crise no continente dado seus níveis de endividamento público durante o período da crise. O impacto foi tamanho que foram necessárias diversas ações por parte do BCE e dos “líderes” da União para conter a crise. Pois, caso eles falissem, toda a economia do bloco seria afetada. Nessa crise, a ajuda a esses países ficou condicionada à uma brusca redução de gastos e fortes controles fiscais, o que impactou diretamente na qualidade de vida das populações locais e gerou protestos nesses países contra a UE e o FMI.

Em 2020, tivemos uma nova crise, que em números superou, inclusive, a crise de 2008, foco deste artigo. Porém, é interessante traçarmos um paralelo entre as formas com que a UE, liderada pela Alemanha nas duas situações, lidou, e no caso atual, vêm lidando com a situação econômica. Pois, durante o período da Covid-19, o que temos visto é uma liberação de recursos

maiores do que em 2008. Além de uma maior liberdade aos países sobre como utiliza-los. Em 2008, as medidas a serem tomadas pelos governos locais lhes foram dadas pelo Banco Central Europeu. Porém, no ano passado, vimos uma cobrança que os membros ajudados pelo plano de contingência apresentassem seus planos de recuperação. Mas, ficou a cargo de cada governo definir como fazê-lo. Além de que, no caso atual vemos uma consciência maior que todo o bloco irá arcar com as consequências futuras dessa crise, como evidenciado pelas reivindicações dos países em se rever o valor destinado aos subsídios e empréstimos aos afetados. Enquanto que, na crise de 2008, parece que não havia consenso, e que os países mais fortes estavam tentando se salvar da crise independente das consequências que os países mais afetados sofreriam em seu âmbito social, como visto pela imposição de regras fiscais duras com alto impacto na vida da sociedade.

Assim como apresentado na introdução, o intuito deste trabalho é gerar mais visibilidade à uma questão que pode ser mais debatida no meio acadêmico quando falamos de integração regional. Especialmente, ao analisarmos as crises e as condições de integração presentes na União Europeia. É interessante ver como o bloco mudou sua forma de agir entre as crises, mostrando um avanço na confiança depositada nos países afetados dando-lhes mais independência para a tomada de decisões afim de conter a crise atual.

Porém, não é possível afirmar que esse cenário demonstra uma descentralização do poder dentro do bloco regional. Considerando o tamanho da Alemanha, não têm como se prever uma perda de protagonismo do país dentro da União. Atentar-se a esses pontos, não significa afirmar que exista a necessidade de se ter um governo único para a Zona do Euro. Apesar das dificuldades geradas por esse desafio (especialmente, considerando, o quão desigual ela é atualmente) os órgãos supranacionais, existentes, têm conseguido fazer essa gestão e mostram avanços econômicos e sociais importantes dentro da UE.

Vale ressaltar que, a crise da Covid-19 apenas começou em 2020 e ainda terá impactos importantes na economia e no meio social por tempo indeterminado. Dessa forma, fica para um futuro estudo entender esse momento histórico e analisar as ações que ainda serão tomadas para lidar com essa doença e seu impacto na economia regional europeia.

## 17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERMAN, Liz. GRIDNEFF, Matina Stevis-. The Pandemic's Economic Damage Is Growing. The New York Times, 7, de julho de 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/07/07/business/EU-OECD-coronavirus-economic-reports.html>. Acesso em: 28, de dezembro de 2020.

BALDISSERA, Felipe., A História da Integração Europeia: Do Pós-Guerra a Maastricht – Tratados e Instituições. Porto Alegre: PUCRS, 2018.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores., Comércio Exterior: União Europeia. Brasília. 2016.

Chutando a Escada: Chantagem na União Europeia. Entrevistado: Daniel de Carvalho. Entrevistadores: Geraldo Zahran e Carolina Pavese. [S. l.], 11, de dezembro de 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5Ls7KvOEm3M9nsdif4xyPm>. Acesso em: 27, de janeiro de 2021.

*COVID – 19 is causing activity to collapse and unemployment to soar. OCDE Employment Outlook 2020.* 7, de julho de 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/employment-outlook/#data-focus>. Acesso em: 06, de janeiro de 2021.

COVID – 19: Dez medidas da UE para ajudar à recuperação económica. Parlamento Europeu. 15, de julho de 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/eu-affairs/20200625STO82007/covid-19-dez-medidas-da-ue-para-a-recuperacao-economica>. Acesso em: 7, de janeiro de 2021.

COVID – 19: o plano da UE para a recuperação económica. Parlamento Europeu. 17, de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20200513STO79012/covid-19-o-plano-da-ue-para-a-recuperacao-economica>. Acesso em: 7, de janeiro de 2021.

DEGRYSE, Christophe., JEPSEN Maria., POCHET Philippe. *The Euro crisis and its impact on national and European social policies*. Bruxelas: *Europe trade union institute*. 2013.

ESPOSITO, Mark., et al. *The European Financial Crisis – Analysis and a Novel Intervention*. Estados Unidos: *Harvard University*. 2014. Disponível em:  
<https://scholar.harvard.edu/files/markesposito/files/eurocrisis.pdf>. Acesso em: 19, de junho de 2019.

Fundo Monetário Internacional. *Country Economy*. Sem data. Disponível em:  
<https://pt.countryeconomy.com/paises/grupos/fmi>. Acesso em: 10, de janeiro de 2021.

GECHERT, Sebastian., RANNENBERG, Ansgar., *The costs of Greece's fiscal consolidation*. Alemanha: *Macroeconomic Policy Institute*, 2015.

MENDOÇA, António. A integração monetária na Europa: da União Europeia de Pagamentos ao Euro. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/6158007/A\\_integra%C3%A7%C3%A3o\\_monet%C3%A1ria\\_na\\_Europa\\_da\\_Uni%C3%A3o\\_Europeia\\_de\\_Pagamentos\\_ao\\_euro](https://www.academia.edu/6158007/A_integra%C3%A7%C3%A3o_monet%C3%A1ria_na_Europa_da_Uni%C3%A3o_Europeia_de_Pagamentos_ao_euro). Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

MORAVCSIK, Andrew. *Europe after the crisis*. Estados Unidos: *Foreing Affairs*, 2012.

MOREIRA, Edison Marques., Um olhar para a crise dos PIIGS. Revista de política econômica da FEE. [20?].

NILSEN, Eugênia Cristina., BARZA, Ribeiro., WEBERBAUER, Paul Hugo., Integração Regional: Os Fundamentos, as Formulações jurídicas e as normativas do processo. Revista Caderno de Relações Internacionais. 2013.

O orçamento de longo prazo da UE explicado de uma forma simples. Parlamento Europeu. 18, de dezembro de 2020. Disponível em:  
<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/quadro-financeiro->



plurianual/20200131STO71519/o-orcamento-de-longo-prazo-da-ue-explicado-de-uma-forma-simples. Acesso em: 08, de janeiro de 2021.

Polônia e Hungria vetam orçamento da EU e fundo pós pandemia. DW. 16, de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%B4nia-e-hungria-vetam-or%C3%A7amento-da-ue-e-fundo-p%C3%B3s-pandemia/a-55619021>. Acesso em: 9 de janeiro de 2021.

ROUBICEK, Marcelo. O que prevê o pacote de socorro econômico da União Europeia. Nexo, 21, de julho de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/21/O-que-prev%C3%AA-o-pacote-de-socorro-econ%C3%B4mico-da-Uni%C3%A3o-Europeia>. Acesso em: 27, de dezembro de 2020.

SCHMIDT, Vivian. Déficit democrático da União Europeia: a Crise da Zona do Euro como um fator agravante?. 2013. Disponível em: [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b5c68cd7-ce1f-e60a-537b-9fb6c370ff56&groupId=265553](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=b5c68cd7-ce1f-e60a-537b-9fb6c370ff56&groupId=265553). Acesso em: 22, de junho de 2019.

SMIDERLE, Allan Cesar., A Unificação monetária na Europa e suas implicações sobre a crise do Euro. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRS. 2013.

SOARES, Antonio Goucha. *EU Comission participation in the Troika Mission: Is there a European Union Price to pay*. Brasil: Revista Brasileira de Política Internacional, 2015.

STREECK, Wolfgang. *Why the Euro Divides Europe*. *New Left Review*, 2015.

UE firma acordo de 500 bilhões de euros contra crise do coronavírus. DW. 10, de abril de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ue-firma-acordo-de-500-bilh%C3%B5es-de-euros-contracrise-do-coronav%C3%ADrus/a-53088813>. Acesso em: 9, de janeiro de 2021

WEILER, Joseph Halevi Horowitz. *Europe in Crisis – On “Political Messianism”, “Legitimacy” and the “Rule of Law”*. Cingapura: *Singapore Journal of Legal Studies*, 2012.